

CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Erislene Rayanne Moreira Cruz¹
Helen Jôsy Queiroz de Sousa²
Maria Benedita Yane Machado³
Luana Mara Pinheiro Almeida⁴
Cândida Maria Farias Câmara⁵

RESUMO

O Círculo de Construção de Paz é uma medida criada dentro das práticas da Justiça Restaurativa. O círculo é trabalhado para fomentar espaço de segurança e intimidade para o diálogo tentando desenvolver bons relacionamentos e solucionar divergências, isso ancorado na Comunicação Não-Violenta de Marshall Rosenberg. Os participantes são concebidos como sujeitos únicos e iguais em oportunidade de fala, valores e dignidade. A metodologia consistiu na produção de Círculos de Construção de Paz, seguindo o método original de Kay Pranis, em uma escola de ensino fundamental da rede pública da cidade de Quixadá, Ceará. A experiência aconteceu com adolescentes entre 14 e 15 anos no período de fevereiro a junho de 2019, somando o total de 28 encontros. A expressão no círculo se deu com desenhos, gravuras, palavra, frases e cartazes, facilitando a inclusão do aluno com alguma deficiência. Por conseguinte, o objetivo deste estudo é relatar a experiência das autoras como facilitadoras dos Círculos de Construção de Paz. Logo, é exploratório e descritivo, contando com uma abordagem qualitativa com o uso de observação participante e aporte de um referencial bibliográfico para discussão dos resultados. Os resultados obtidos foram desde a promoção de maior integração e melhoria na relação entre os alunos-alunos, alunos-professores, alunos-familiares, até uma mudança no funcionamento da escola para o que se entende por inclusão. Assim, concluímos que os círculos oportunizaram eficazmente a reparação de danos relacionais, o atendimento às necessidades de alunos com deficiências e de outros estudantes atingidos pela violação de direitos.

Palavras-chave: Círculo, Adolescentes, Escola, Inclusão.

INTRODUÇÃO

O Círculo de Construção de Paz é uma medida criada dentro das práticas da Justiça Restaurativa, esta entendida como uma justiça mediada pelo diálogo. Com o círculo se trabalha para fomentar um espaço de segurança e intimidade para o diálogo com a intenção de desenvolver bons relacionamentos e solucionar divergências de modo a achar solução que contemple cada participante. Esses participantes são concebidos como sujeitos únicos e iguais em oportunidade de fala, valores e dignidade (PRANIS, 2011).

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Unicatólica de Quixadá - CE, erislenerayanne@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Psicologia da Unicatólica de Quixadá - CE, josyqueiroz0@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Psicologia da Unicatólica de Quixadá - CE, mariabenedyta@hotmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Psicologia da Unicatólica de Quixadá - CE, luana.mara_almeida@hotmail.com;

⁵ Professor orientador: Mestre em Psicologia e Docente da Unicatólica de Quixadá - CE, candidacamara@unicatolicaquixada.edu.br.

A prática do círculo na escola remonta as intervenções em Justiça Restaurativa no Brasil que encontraram também no ambiente educacional um local para resguardar direitos e de potencial transformador das relações (GUIMARÃES; PEREIRA, 2019). Destarte, o procedimento dos Círculos de Construção de Paz se justifica devido à escola ser uma instituição social atravessada pelas várias problemáticas que acometem os sujeitos em nível individual, grupal e comunitário, o que culmina na necessidade de ensejar um espaço de escuta e de fala para os que estão imersos nessa realidade. A escola amplia seu escopo para além do fazer pedagógico e passa a ser geradora de um espaço de compartilhamento de experiências, sentimentos, histórias, dificuldades, conflitos, medos, sonhos, dentre outras coisas, desde que se sinta à vontade para falar.

O presente estudo teve um percurso metodológico realizado com a produção de Círculos de Construção de Paz em uma escola de ensino fundamental da rede pública da cidade de Quixadá, Ceará, no período de fevereiro a junho de 2019. Por conseguinte, o objetivo deste estudo é relatar a experiência das autoras como facilitadoras dos Círculos de Construção de Paz. Logo, é exploratório e descritivo, contando com uma abordagem qualitativa com o uso de observação participante e aporte de um referencial bibliográfico para discussão dos resultados.

Um dos desafios identificados por nós, enquanto facilitadoras, foi a carência de uma metodologia que fosse qualificada para atingir todos os públicos, realizando um trabalho eficaz e que de fato trouxesse bons resultados para os participantes. Assim, foram usadas diversas formas de expressão no círculo, como desenhos, gravuras, palavra, frases e cartazes. Dessa forma, facilitando a inclusão do aluno com alguma deficiência física ou de aprendizagem.

Em suma, os resultados obtidos com os círculos foram desde a promoção de maior integração e melhoria na relação entre os alunos-alunos, alunos-professores, alunos-familiares, até uma mudança no funcionamento da escola para o que se entende por inclusão. Tendo em vista isso, concluímos que os círculos oportunizaram eficazmente a reparação de danos relacionais, o atendimento às necessidades de alunos com deficiências e de outros estudantes atingidos pela violação de direitos.

METODOLOGIA

Este trabalho é exploratório e descritivo, com metodologia qualitativa construída a partir da técnica de investigação observação participante. Esta técnica permite que o

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

investigador participe diretamente da realidade observada de um modo não intrusivo, podendo chegar onde entrevistas e instrumentos avaliativos não chegam, além de possibilitar ao investigador apreender, compreender e intervir no contexto em que se encontra (MÓNICO *et al.*, 2017). Ademais, a fim de estabelecer a discussão teórico-prática da observação participante, também foi utilizado um referencial bibliográfico por meio do levantamento de artigos em bases *on-line*, como SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*), PEPISIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia), Google Acadêmico (*Google Scholar*), e livros que abordam a temática.

A produção exposta consiste em um relato de experiência sobre a facilitação de Círculos de Construção de Paz realizados na Escola de Ensino Fundamental Raimundo Marques, instituição de ensino público localizada na cidade de Quixadá, Ceará, em uma região de considerável vulnerabilidade social.

As ações decorrem de um projeto que conta com a parceria de gestores, professores de sala regular, estagiários do curso de Psicologia do Centro Universitário Católica de Quixadá e dos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Ceará – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central. Os círculos se deram com as turmas de 8º e 9º ano que possuem um total de 222 estudantes com idade entre 14 e 15 anos, cada círculo com duração de 60 minutos. O período da experiência foi de fevereiro a junho de 2019, somando 28 encontros com as turmas.

O círculo funciona em três partes, o que culmina numa quantidade de três encontros por turma divididos no que chamamos de pré-círculo, círculo e pós-círculo. Seguimos a metodologia original dos círculos criada por Kay Pranis (2011), na qual o primeiro passo é a organização do espaço onde será realizado o encontro. Deve-se colocar no centro da sala uma peça de centro (toalha ou tecido) que sirva como apoio para a colocação dos objetos a serem utilizados. Também há a necessidade de um objeto da palavra, podendo ser qualquer coisa, visto que terá uma função simbólica. É importante também que sobre a toalha seja exposto objetos e gravuras que despertem o interesse e curiosidade dos participantes para com a temática a ser trabalhada.

Com os alunos sentados no chão e em círculo (o que é indispensável) damos início ao encontro com uma música ou poema e em seguida realizamos uma rodada para que falem seus nomes e como estão se sentindo naquele momento. Após isso, disponibilizamos perguntas norteadoras, como por exemplo: “O que te faz feliz?”, tendo como intuito principal coletar informações e entender um pouco sobre cada um deles. Encerrando o encontro com

reflexões acerca do que foi exposto por todos e questionando como eles se estão se sentindo após a atividade.

Já no círculo, nosso segundo encontro, levamos um trabalho mais elaborado, com temática já definida e as atividades que serão realizadas. Nessa fase levamos assuntos que percebemos que seriam importantes de serem trabalhados, podendo ser eles: respeito, sonhos, autoestima, medos, família, dentre outros. A dinâmica de organização da sala é a mesma do primeiro encontro, a única modificação é referente a uma temática mais específica e uma rodada mais aberta para que expressem ou falem algo pelo que estão passando.

O terceiro e último encontro, também chamado de pós-círculo, é nosso momento de celebração e despedida naquele ciclo de encontros. Nessa fase não trabalhamos nenhuma temática, deixamos o espaço para que eles produzam sobre tudo que aprenderam com nossos encontros e até mesmo algo que queiram nos falar ou deixar explicitado sobre o que vivenciaram. Esse é um dos momentos mais ricos e fascinantes da nossa prática, não só pelo reconhecimento dado a nós pelos alunos, mas principalmente por vermos que nosso objetivo foi alcançado, se conseguimos tocá-los e fazê-los refletir sobre si e sobre o mundo.

DESENVOLVIMENTO

A Justiça Restaurativa (JR) traduz-se, em uma de suas atribuições, como um mecanismo de resolução de conflitos. Chega ao Brasil como um pioneirismo, tendo enfoque na resolução de conflitos escolares entre crianças e adolescentes. O embasamento dessa estratégia não é punir, e sim reconstruir o tecido social violado com o ato ou circunstância conflituosa. A emergência da JR com o público infante-juvenil se deu no país essencialmente por conta do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) promulgado em 1990 (TONCHE, 2014).

Entende-se que a JR no âmbito escolar é produtiva porque “sendo a escola uma instituição social, os problemas instalados na sociedade também se processam em seu interior e se manifestam cotidianamente sob as formas da violência e da exclusão” (GUIMARÃES; PEREIRA, 2019, p. 600). Para além disso, a escola se configura como um local que faz parte da rede de apoio social para assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes (TONCHE, 2014).

Não obstante, a Política Nacional de Justiça Restaurativa a defende como uma “[...] forma a envolver todos os integrantes da sociedade como sujeitos protagonistas da transformação rumo a uma sociedade mais justa e humana.” (BRASIL, 2016, p. 02). O que se

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

pretende alcançar com a JR na escola é a “promoção do respeito à alteridade, do protagonismo e da emancipação dos indivíduos no contexto educacional, por meio do diálogo, contendo também um profundo teor formativo.” (GUIMARÃES; PEREIRA, 2019, p. 599).

Portanto, é no bojo da atuação da Justiça Restaurativa que Kay Pranis (2011) formula a metodologia dos Círculos de Construção de Paz. Essa forma de praticar a JR é fundamentada nos povos indígenas canadenses e norte-americanos. Entretanto, destaca-se que, embora baseada em valores restaurativos, a prática dos círculos não necessariamente consiste em uma prática restaurativa. Os processos circulares divergem dos processos restaurativos, mesmo que possam ser empregados em conjunto.

O círculo é uma técnica organizada para propiciar comunicação grupal, construção de relacionamentos, tomada de decisões e resolução de conflitos ancorados na Comunicação Não-Violenta (CNV) de Marshall Rosenberg (2006). É assertivo para ser usado com crianças, jovens e famílias, com extensa aplicação que contempla espaços de educação pública, serviços sociais e programas de prevenção (BOYES-WATSON; PRANIS, 2011). Uma das outras finalidades do Círculo de Construção de Paz é favorecer cuidado e respeito mútuo na própria intervenção. “Muitos danos são criados através de relações de dominação e controle. É essencial, então, que os processos de cura operem com valores de inclusão e de respeito.” (BOYES-WATSON; PRANIS, 2011, p. 16).

A Comunicação Não-Violenta aplicada no círculo se apoia na expressão honesta e elucidativa do que percebemos, sentimos e desejamos, ao passo que nos dirigimos ao outro com atenção respeitosa e empática. Com a CNV podemos observar com cuidado e conseguir identificar as situações e comportamentos que nos afetam. Em vista disso, diminuimos nossa postura defensiva, resistência e reações violentas à medida que nos atentamos para o que o outro sente e precisa sem julgar ou diagnosticar previamente. É um meio de modificarmos como nos comunicamos e como ouvimos o outro (ROSENBERG, 2006).

Boyes-Watson e Pranis (2011) postulam que a intervenção dos Círculos de Construção de Paz admite alguns pressupostos centrais: 1) nosso verdadeiro eu é bom, sábio e poderoso e assim ele permanece não importa o que fizermos, nosso ser e fazer são coisas distintas; 2) não podemos excluir nada ou ninguém sem excluir uma parte de nós, enquanto seres interconectados o que fazemos ao outro fazemos a nós mesmos e lesamos o tecido social; 3) em nossa essência desejamos manter bom relacionamento com os outros; 4) as nossas diferenças são necessárias para pensarmos soluções diversificadas; 5) já possuímos os recursos dos quais precisamos para promover mudanças, o que precisamos fazer é encontrar uma forma de acessá-los; 6) não devemos segregar a sociedade baseados em idade, cor ou

classe social, já que os desafios enfrentados por esses diferentes grupos são produtos da nossa interconectividade; e 7) precisamos de ações para nos interligarmos com o nosso eu verdadeiro a fim de resgatarmos os valores para construirmos bons relacionamentos na família e na comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Círculos de Construção de Paz funcionam como uma metodologia vasta que pode enfatizar diferentes temáticas, a depender do que for decidido pelos facilitadores. Contudo, decidimos dar neste relato um enfoque ao processo de inclusão, visto que foi um dos processos mais significantes conquistados na nossa prática na escola. Entendemos que garantir a inclusão é necessário, principalmente quando podemos possibilitá-la de maneira prática e humanizada.

Mader (1997) vem dizer que é necessário realizar atividades que propiciem a igualdade de maneira séria e com responsabilidade, pois, segundo ele, dessa forma possibilitaremos ações significativas no que se refere à luta por uma educação inclusiva. Assim, o caráter dessas atividades foi o foco para a atuação na Escola de Ensino Fundamental Raimundo Marques.

Nos encontros iniciais, observamos um déficit na metodologia do nosso trabalho em relação à inclusão e participação de alunos com necessidades especiais, como deficiência auditiva e de aprendizagem. Alguns alunos não sabiam ler ou escrever, o que os impossibilitava de participar das dinâmicas elaboradas por nós e isso nos ocasionou insatisfação frente à nossa didática. Sendo assim, buscamos maneiras para realizar a adaptação dos materiais utilizados durante os encontros e até mesmo o funcionamento dos círculos para garantir a oportunidade de participação de todos ali envolvidos.

De acordo com Delors (1998), a igualdade não precisa ir contra o respeito para com as diferenças individuais de cada um, mas sim na busca pela valorização das capacidades e aptidões existentes, ofertando conquistas e enaltecendo vitórias. Essa colocação exprime com exatidão o que buscamos fazer na nossa prática, dado que, diversamente de realizar diferenciações ou separação entre os alunos, buscamos juntá-los e fazê-los aprender a compreender um pouco do mundo do outro de maneira coletiva e, sobretudo, empática.

Para isso, montamos um novo modelo de comunicação. Como enfatizado por Vygotsky (1991), a aprendizagem da linguagem é uma das mais importantes condições para o desenvolvimento cognitivo, posto que abrange todo o cotidiano das pessoas, não se

restringindo somente aos materiais teóricos, mas também se apropriando da experiência social e cultural de cada um. Logo, é importante a busca por meios de comunicação e expressão diversificados e adaptativos. Por esse motivo, ao invés de solicitar escrita e leitura, começamos a trabalhar com gravuras de emojis (representando emoções) e desenhos, os quais possibilitavam a expressão de sentimentos e também uma maneira lúdica para se relacionarem com os assuntos trabalhados nos encontros.

Foi nítido o aumento da participação desses alunos depois da nossa mudança na metodologia, pois aqueles que no início se sentiam prejudicados por não saberem ler os cartões levados ou escrever como se sentiam e do que gostavam, encontraram nos novos materiais um meio de expressão prática e de fácil compreensão. Isso nos fez entender que as nossas atividades deviam ser de fácil manejo e sempre diversificadas, afinal, além de conseguirmos simplificar o entendimento das temáticas, possibilitando maior compreensão, também ocasionamos sentimentos de apropriação no desempenho das atividades.

Desse modo, trabalhar a autonomia dos alunos, de maneira pessoal ou social proporciona uma melhora quantitativa na sua qualidade de vida, visto que ocorre o favorecimento no que diz respeito às interações e até mesmo no próprio convívio social, o que estimula a independência e satisfação pessoal, levando em conta que esses alunos devem ter a oportunidade de participação integral e significativa em todas as atividades propostas (MANTOAN, 1997).

Por meio dos círculos conseguimos um melhor rendimento dos alunos não só durante os nossos encontros, como também na sala de aula e no convívio com a família. Ouvimos de um aluno que seu rendimento havia melhorado porque ele conseguia, após nossos encontros, se perceber enquanto pessoa única e especial, deixando de buscar “se enquadrar” no que era feito por todos, e sim procurando uma maneira de interagir e compreender seus colegas, respeitando a si próprio. O que ocasionou também uma mudança no comportamento dos outros para com ele, agora o tratando com mais respeito e afeto. Antes da realização dos encontros ele dizia ser excluído ou ignorado, muitas vezes sendo ele mesmo quem se afastava por vergonha ou medo da rejeição dos colegas.

Com esse caso supracitado, é notável que o diálogo empreendeu uma modificação no comportamento de modo bidirecional. Nesse viés, Pranis (2000, p. 03) destaca que é difícil “desenvolver um senso de responsabilidade em relação ao impacto de seu comportamento sobre os outros se não se recebe nenhum retorno a respeito.”. Quando as partes envolvidas se escutam, permitem que se percebam em suas ações e que haja mudança.

Para Delors (1998), a existência dessas barreiras relacionais serve para nos mostrar o quanto a desigualdade é presente nas escolas e como tem influência direta nas ações e discursos dos alunos atingidos e de seus familiares. A procura pela igualdade entre os alunos muitas vezes é esquecida no nosso modelo de educação tradicional, uma vez que há uma ideia de que as pessoas com necessidades especiais devem ser incluídas em planos de ensino já existentes e que não consideram suas limitações, conseqüentemente, acaba por acarretar prejuízos para toda classe de ensino e tendo influência direta no convívio em sociedade.

Levar em consideração a particularidade de cada aluno é imprescindível, em razão de que um dos diferenciais do Círculo de Construção de Paz é que vemos os alunos de maneira humanizada, compreendemos que o aluno portador de deficiência não deve ser deixado de lado, pelo contrário, temos a obrigação e o dever de incluí-lo em todas as nossas ações, pois ele é igualmente um sujeito de direitos (ALCÂNTARA, 2011). Devemos propiciar esse encontro entre mundo e vivências, e não apoiar o distanciamento e separação.

Um círculo diverso e inclusivo permite que os alunos conheçam e busquem acompanhar de perto o desempenho dos colegas, que mesmo com habilidades e necessidades diferentes das suas consigam se expressar e enfatizar o que pensam e sentem. Fazendo dessa experiência uma maneira de desenvolver as competências socioemocionais desses alunos, trabalhando questões como empatia, respeito, colaboração e diversidade, que são essenciais para garantir melhora nas suas relações. Enfim, promover que esses jovens aceitem e valorizem as diferenças individuais, aprendendo a conviver e respeitar toda a diversidade humana por meio da compreensão e a cooperação nos torna pessoas melhores e ativas para com esta causa (SASSAKI, 1999).

Outro exemplo dos resultados obtidos em geral é o de uma aluna que trouxe a discussão no círculo do conflito familiar pelo qual passava, relatando o medo do abandono diante da iminente separação dos pais. Depois de colocar em discussão o que lhe afligia, as diferentes falas contribuíram para que ela entendesse a situação, sendo que levou esse processo de compreensão dentro do círculo como uma devolutiva para os pais.

Um dos professores que participaram do projeto, a princípio, não acreditava nos resultados possíveis que o círculo poderia gerar e se abriu para participar depois de ouvir depoimentos de outros professores. Decidiu participar do primeiro encontro sobre o tema família e mudou de opinião ao ficar surpreso por conhecer a realidade de um aluno com o qual tinha conflitos. Assim, o professor pediu para fazer as pazes com o estudante e este, emocionado, falou que gostava do professor, mas tinha muita dificuldade na sua matéria. Sobre isso, Pranis (2000, p. 04) nos diz que “A percepção que os adultos têm da indiferença e

insolência dos jovens e, por outro lado, a percepção que os adolescentes têm de adultos distantes e indiferentes são ambas dissipadas depois de um intercâmbio honesto de sentimentos e esperanças.”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliamos que os objetivos propostos para a prática com os círculos foram alcançados, sendo um deles a conquista referente à inclusão dos alunos com deficiências, abordando os processos de socialização e expressividade. Notamos um maior interesse dos alunos em geral no que se refere à participação nas atividades.

Pudemos contribuir para uma melhor relação entre alunos e professores, assim como uma maior preocupação e visão diversificada da escola para com os alunos com necessidades especiais. É patente que não foram somente os alunos os beneficiados do projeto, os professores, demais funcionários e familiares tiveram a chance de usufruir dos resultados alcançados. A dinâmica da escola mudou depois do nosso trabalho e relatamos isso diante do discurso de todos que a compõem e que trouxeram essa percepção como uma devolutiva.

Portanto, constatamos que os Círculos de Construção de Paz alcançaram a reparação de danos relacionais no que diz respeito aos alunos com deficiências e o atendimento às necessidades de outros alunos atingidos pela violação de direitos, atuando nos moldes para uma cultura de paz e, conseqüentemente, de aprendizagem para todos na escola. Por extensão, é uma forma de congregar pessoas e estabelecer vínculos, um modo inovador de favorecer e fortalecer a inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, R. L. S. **A ordem do discurso na educação especial**. 2011. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011. Disponível em:

<<https://tede2.ufma.br/jspui/bitstream/tede/178/1/RAMON%20LUIS%20DE%20SANTANA%20ALCANTARA.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2019.

BOYES-WATSON, C.; PRANIS, K. **No coração da esperança**: guia de práticas circulares. Trad. Fátima De Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul Departamento de Artes Gráficas, 2011. 280 p. Disponível em:

<https://parnamirimrestaurativa.files.wordpress.com/2014/10/guia_de_praticas_circulares.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Diretrizes programáticas da Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa**: Resolução CNJ nº 225/2016. Brasília (DF): CNJ, 2016.

DELORS, J. (Org.) **Educação**: um tesouro a descobrir; relatório para a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998. 46 p. Disponível em: < http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

GUIMARÃES, Á. M.; PEREIRA, A. C. R. Direitos Humanos e Justiça Restaurativa nas escolas: entre decretos e a prática da cidadania no contexto da democracia brasileira. **ETD - Educação Temática Digital**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 587-606, jul./set. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654635>>. Acesso em: 22 set. 2019.

MADER, G. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, M. T. É. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. p. 44-50. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, M. T. É. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MÓNICO, L. S.; ALFERES, V. R.; CASTRO, P. A.; PARREIRA, P. M. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 6., 2017, Salamanca. **Anais...** Salamanca: [s.n.], 2017. Disponível em: <<http://cienciasecognicao.org/cecnudcen/wp-content/uploads/2018/03/A-Observa%C3%A7%C3%A3o-Participante-enquanto-metodologia-de-investiga%C3%A7%C3%A3o-qualitativa.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PRANIS, K. **Círculo de justiça restaurativa e de construção de paz**: guia do facilitador. Trad. Fátima De Bastiani. Rio Grande do Sul: Artes Gráficas, 2011. Disponível em: < <http://tdhbrasil.org/biblioteca/publicacoes/915-guia-do-facilitador-de-circulos-de-justica-restaurativa-e-de-construcao-de-paz>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

PRANIS, K. Desenvolvendo Empatia com os Jovens através de Práticas Restaurativas. **Public Service Psychology**, v. 25, n. 2, p. 01-07, 2000. Disponível em: <http://justica21.web1119.kinghost.net/arquivos/bib_422.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999. 174 p.

TONCHE, J. Entre práticas e discursos: a utilização da justiça restaurativa na resolução de conflitos escolares envolvendo crianças, adolescentes e seus familiares em São Caetano do Sul-SP. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 19, n. 36, p. 41-59, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5792>>. Acesso em:

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 90 p.